

BC aumenta compulsório

■ Medida vai recolher até R\$ 6 bilhões da economia. Demanda por títulos públicos deve crescer e juros interbancários também subirão

UGO BRAGA E CRISTINA BORGES

BRASÍLIA – O Banco Central baixou ontem uma circular aumentando o percentual dos compulsórios bancários sobre os depósitos à prazo. A medida vai recolher de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões da economia brasileira, segundo estimativas de analistas financeiros. E, com isso, os juros cobrados pelos bancos nos financiamentos e créditos concedidos à pessoas físicas e empresas tendem a subir nas próximas semanas.

A alíquota dos compulsórios sobre os depósitos a prazo, que era de 20%, subiu para 26,5% no caso do estoque de investimentos cujo período de cálculo têm ajuste em 5 de março. E de 30% para o estoque com reajuste a partir de 12 de março. Segundo o BC, não há limite para vigência da nova alíquota. A explicação para a medida foi um enxugamento de liquidez na economia.

A liquidez entre os bancos está avaliada em torno de R\$ 27 bilhões. “Era uma medida já esperada pelo mercado”, disse o ex-ministro Márcio Marques Moreira, consultor sênior da Merrill Lynch. A decisão do BC, acrescentou, vai *enxugar* a liquidez sem aumentar o custo do Tesouro Nacional.

Pelas normas do BC, o recolhimento obrigatório de um percentual dos depósitos à prazo - formados majoritariamente por aplicações em Recibos de Depósitos Bancários (RDBs) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) - deve ser feito em títulos públicos, e não em reais. As instituições financeiras terão que comprar mais títulos do governo para fazer frente ao depósito compulsório maior, o que facilitará a *rolagem* dos papéis públicos federais.

Assim, o BC aumenta os juros interbancários (na medida em que restringe o montante de dinheiro permitido aos bancos), ao mesmo tempo em que cria demanda pelos papéis do governo sem precisar pagar juros altos sobre a dívida pública. O mecanismo é semelhante ao usado na política monetária do Banco Central quando a instituição era presidida por Pêrsio Arida, em 1995.

O aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo também vai ajudar a segurar a inflação, avalia Marques Moreira, porque menos dinheiro em circulação inibe a corrida para formação de estoques de ativos, entre eles, o dólar e mercadorias.

Embora a informação oficial seja de que a decisão tenha sido tomada pelos atuais diretores do BC, acredita-se que o presidente, Armínio Fraga Neto, e o diretor indicado de Política Monetária, Luís Fernando Figueiredo, participaram ativamente do movimento. Isso porque ambos já haviam avisado, durante a sabatina no Senado, que imprimiriam um “viés restritivo” à política monetária.

Copom – Um novo movimento das taxas de juros acontecerá amanhã, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Já sob presidência de Armínio Fraga e com a participação dos novos diretores, o Copom vai fixar os juros básicos para os próximos 27 dias úteis.

Mesmo com a mudança nos compulsórios, a expectativa é que a taxa básica seja ajustada para cima na reunião do Copom. O efeito de uma restrição via compulsórios demora muito mais a sensibilizar a economia do que um aumento na taxa básica. E a equipe econômica já deixou claro que não vai permitir juros reais negativos (menores do que a inflação) pelo segundo mês seguido. Em fevereiro, os juros reais foram de -0,83%, na média do mês.